

OS PRINCIPAIS DESAFIOS PARA A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PAA NOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA NO NORTE FLUMINENSE

THE MAIN CHALLENGES FOR THE INSTITUCIONALIZATION OF THE FOOD ACQUISITION PROGRAM IN LAND REFORM SETTLEMENTS IN THE NORTH FLUMINENSE REGION

Cynara Martins Santana

Mestrando em Políticas Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF)
cmartinssantana@yahoo.com.br

Diego Carvalhar Belo

Doutorando em Sociologia Política pela Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF)
carvalharbelo@gmail.com

Marcos Antonio Pedlowski

PhD em Environmental Design and Planning (Virgínia Tech)
Professor da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF)
pedlowma@gmail.com

Resumo

A agricultura familiar é a principal responsável pelo abastecimento alimentar da população brasileira. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma ação específica para fortalecer este segmento social. O PAA possui o objetivo de executar a compra de alimentos oriundos da agricultura familiar pelo Estado, de modo a atender a questão da segurança alimentar dos setores mais pobres da população brasileira. O objetivo deste artigo foi de analisar o funcionamento do PAA em três assentamentos de reforma agrária localizados na região Norte Fluminense (Francisco Julião, Che Guevara e Ilha Grande), de modo a avaliar a inserção desta política e as possíveis causas que podem estar impedindo a sua realização plena. Os resultados obtidos apontam na direção do reconhecimento, por parte dos assentados, da importância do PAA enquanto política pública capaz de estimular a comercialização agrícola e gerar renda. Entretanto, os assentados enfrentam uma série de dificuldades em relação ao acesso ao PAA, em função da baixa aderência ao PAA por parte dos órgãos públicos responsáveis por intermediar o acesso e execução do programa.

Palavras-chave: Reforma agrária. Assentamentos Rurais. Segurança Alimentar. Políticas Públicas. PAA.

Abstract

Family farming is mostly responsible for ensuring food safety for the Brazilian population. The Food Acquisition Program (PAA) represents a target effort to strengthen this segment of the agricultural producers. The goal of PAA is to acquire food from family farmers in an effort to improve the question of food security among the poorest sectors of the Brazilian population. The goal of this article is to analyze the

functioning of PAA in three land reform settlements located in the North Fluminense region to evaluate the execution of this project in land reform settlements, and the potential flaws to preclude its full implementation. Our results indicate that PAA is widely recognized by the settlers as potentially beneficial for marketing of their production and to improve income generation. However, settlers face a series of barriers to access the PAA, mostly because of the inefficiencies of governmental agencies responsible to allow their participation in the execution of the program.

Keywords: Land Reform. Settlements. Food Security. Public Policies. PAA.

Introdução

O desenvolvimento da agricultura no interior do Capitalismo promoveu o surgimento de dois modos distintos de produção, a agricultura camponesa e a capitalista (OLIVEIRA, 2007). Além disso, a penetração das relações capitalistas de produção no campo provocou a perda da autonomia por parte do agricultor camponês que se viu obrigado a se integrar ao mercado, ainda em que níveis variados (OLIVEIRA, 2007). Diante deste contexto de transformações impostas pelo Capitalismo na agricultura mundial, mudanças estruturais profundas vêm ocorrendo desde meados do Século XX também no Brasil. Ao analisar o caso brasileiro, Fernandes (2001) afirma que a forma de resistência dos camponeses ao seu desaparecimento preconizado pelo avanço capitalista se insere num intenso debate mais amplo acerca dos diferentes projetos para o desenvolvimento do campo. Assim, a realização da reforma agrária seria uma das opções que poderiam ser adotadas para promover a modernização do campo e a diminuição das profundas desigualdades sociais que persistem no Brasil.

Um aspecto particularmente importante da agricultura camponesa se refere ao seu papel na garantia da segurança alimentar e nutricional, ao se basear na diversificação da produção de alimentos (CONSEA, 2004). Assim sendo, é importante notar que uma série de políticas públicas foram implantadas pelo governo federal com o objetivo de diminuir a fome e possibilitar a geração de emprego e renda no campo, com o intuito de fortalecer a agricultura familiar. Uma dessas políticas é o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), cujo principal objetivo seria garantir a comercialização de produtos oriundos da agricultura familiar, por meio da regulação indireta de preços, mas com a garantia de compra para o abastecimento de redes de proteção e promoção social.

O presente artigo visa contribuir para o entendimento de vem se dando o processo de implantação do PAA nos assentamentos rurais de reforma agrária instalados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) na Região Norte Fluminense com base nas ocupações organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) a partir de 1997. Além disso, o presente trabalho visa ampliar o conhecimento existente acerca dos principais empecilhos estão dificultando o acesso dos agricultores assentados ao PAA.

A persistência do Campesinato e o papel da Agricultura familiar

Diferentes autores apontam que o campesinato possui características distintas em relação ao modo de produção capitalista, o que implica num processo de resistência em relação às suas formas dominantes de produção e reprodução. Este processo de resistência poderia então levar tanto ao seu desaparecimento como à sua permanência no interior da agricultura capitalista, ainda que de forma subordinada. Um exemplo dessa tensão é dada por Abramovay (2007) quando resgata as considerações de Lênin de que o campesinato desapareceria devido à sua incapacidade de se manter fora das relações capitalistas ancoradas no processo de assalariamento. Ainda no campo da teoria marxista sobre o destino do campesinato, Abramovay (2007) nota que Karl Kautsky concentrou sua análise no fato de que o campesinato através das relações entre a agricultura e a indústria poderia contribuir para o processo de industrialização da agricultura, o que também levaria a um paulatino desaparecimento.

Já o teórico russo Nicolay Chayanov postulava que o campesinato não desapareceria, por possuir uma identidade social própria, fato que geraria formas autônomas de sobrevivência dentro do capitalismo (CHAYANOV, 1983). Outro aspecto relevante no pensamento de Chayanov era a proposição de que os camponeses não tinham como objetivo principal a obtenção do lucro e da acumulação, já que a principal finalidade da unidade de produção camponesa seria garantir a reprodução familiar e o controle da terra. Na visão de Chayanov, o camponês ajustava a quantidade de trabalho despendido ao esforço de garantir o sustento da unidade familiar, podendo assim variar para mais ou para menos, o que colocaria a produção camponesa numa posição autônoma dentro do capitalismo (TESCHE; MACHADO, 2012). Além disso,

Guzmán e Molina (2013) sugerem que uma contribuição importante de Chayanov era sua constatação de que no interior do Capitalismo há uma persistência de formas não capitalistas de produção, o que implicaria na persistência do campesinato, ainda que em circunstâncias diferenciadas do período Feudal.

No interior deste debate em relação ao destino do campesinato, Abramovay (1992) sugere que o campesinato persiste, ainda que de forma modificada, no interior do que veio a ser denominada de agricultura familiar. Entretanto, Abramovay aponta que o agricultor familiar está cada vez mais dependente da integração com os mercados, diferente do que acontecia na agricultura camponesa pré-capitalista. Nesse sentido, o campesinato é uma forma de vida, e quanto mais se interage mais acaba sofrendo influência da sociedade capitalista. Contudo, o camponês tradicional estaria fadado ao desaparecimento e a tornar-se uma agricultura familiar totalmente mercantilizada. Este processo de integração aos mercados transformou o modo de negociação para fora da porteira, e provocou a integração dos agricultores familiares ao sistema capitalista (PLEIN; FILIPPI, 2011). A influência da modernização da agricultura trouxe como consequência o aumento na escala de produção, ao mesmo tempo reduziu a absorção de trabalho agrícola, bem como provocou uma maior intensificação produtiva por meio da tecnologia, e diminuiu as práticas produtivas baseadas no trabalho. (PLOEG, 2006).

De acordo com Wanderley (1996), a agricultura familiar se concentra na junção da família e do trabalho no processo de produção, tendo estes fatores influência nas formas de inserção das diferentes unidades produtivas na economia e na sociedade. Deste modo, a agricultura familiar viria a ser uma das formas de persistência da agricultura camponesa por constituir-se sobre o uso coletivo da terra e por estar ancorada no trabalho familiar. A base dessa estrutura estaria concentrada em dois aspectos básicos: a necessidade de prover o sustento da família de forma imediata, ou seja, priorizar a alimentação do grupo doméstico, e de reproduzir suas ações nas gerações futuras. A junção desses dois aspectos determinaria então o modelo de produção e o foco na constituição das relações familiares na agricultura. Assim sendo, as relações familiares camponesas envolvem questões relacionadas ao futuro da unidade familiar, pois a base da associação camponesa consiste na relação entre família, produção e trabalho, e possui como principal intuito o fato de que o investimento feito na unidade de produção poderá ser repassado aos futuros membros da família,

possibilitando assim o processo de reprodução. Segundo Felício (2006), a agricultura familiar possui ainda características que promovem o surgimento de debates que envolvem questões de aspectos ecológicos e sociais, dentre eles se destaca a reforma agrária. Assim, a realização da reforma agrária estaria diretamente ligada à possibilidade de persistência do campesinato; uma vez que a unidade familiar, ao possuir os meios de produção, torna-se também responsável pelo trabalho em seu estabelecimento de produção.

Por outro lado, existem distintas interpretações em relação aos estudos rurais e as práticas familiares de produção, tanto no campo analítico, quanto teórico (SCHNEIDER, 2006). No entanto, os estudos sobre agricultura familiar ainda necessitam a realização de análises mais profundas para que possa entender as variadas formas sociais que a mesma assume. Nesse sentido, Schneider sugere que os estudos sobre a agricultura familiar deveriam iniciar-se pela organização do trabalho e das práticas produtivas que envolvem aspectos ligados a natureza, como também as ações empreendidas para a interação com o meio social e econômico.

Em relação ao seu aspecto social, a forma familiar de produção agrícola foi recolocada no centro do debate político após as mobilizações organizadas pelo movimento sindical rural no início da década de 1990, tendo a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) à frente. Entretanto, outras formas de representação social dos agricultores familiares surgiram, incluindo aquelas que lutam exclusivamente em prol da identidade da agricultura familiar, sendo a Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF) outro expoente deste esforço de manutenção da identidade social da agricultura familiar. No aspecto político, a agricultura familiar adquiriu um novo status de reconhecimento na esfera do Estado a partir da criação em 28 de junho de 2006 do Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF) (SCHNEIDER, 2006)

Do ponto de vista da produção intelectual, a visibilidade da agricultura familiar foi alcançada a partir da realização de estudos que tratavam e reconheciam como sendo parte da dela, aquelas propriedades rurais que não utilizavam mão de obra paga e dependiam diretamente da mão-de-obra familiar, o que é justamente o contrário daquilo que ocorre com os grandes estabelecimentos rurais (SCHNEIDER, 2006).

Impactos da modernização conservadora da agricultura

O conceito de modernização conservadora foi usado inicialmente por Barrington Moore Junior para analisar as revoluções burguesas que ocorreram na Alemanha e no Japão (PIRES, 2009). A modernização conservadora teria resultado da transição econômica desses dois países, que passaram de economias pré-industriais para capitalistas industriais em meio a diferentes experiências de reforma agrária. Entretanto, a modernização conservadora não ocorreu de forma semelhante ao que ocorreu em países como Inglaterra e EUA, pois Alemanha e Japão mantiveram elementos estruturais do antigo regime em sua nova ordem social. Desta forma, os arranjos políticos realizados nesses dois últimos países consolidaram as relações existentes entre os grandes proprietários de terra e a burguesia, excluindo do acesso aos direitos democráticos o proletariado e os campones. Em linhas gerais, a modernização conservadora caracterizou a fragilidade da burguesia frente à classe dos proprietários rurais, onde mesmo sendo fruto da revolução capitalista não conseguiu interromper relações com os grandes proprietários de terra. Deste modo, houve um pacto político entre os grandes proprietários rurais e a burguesia que culminou em um tipo específico de projeto capitalista, que manteve a defesa dos interesses dos proprietários rurais junto ao Estado (PIRES, 2009).

De toda forma, o intenso processo de industrialização ocorrida nos países centrais provocou mudanças no modo de pensar a agricultura pela sociedade, que passou a ser vista como um setor ultrapassado no aspecto socioeconômico, tecnológico e cultural (BUAINAIN; GARCIA, 2013). O papel da agricultura tornou-se limitado em relação ao processo de desenvolvimento econômico capitalista, pois se colocava como mera fornecedora de insumos para áreas industriais, basicamente alimentos e mão de obra, ao mesmo tempo em que fornecia matéria-prima essencial para o funcionamento das indústrias. Neste contexto de intensa transformação econômica, os agricultores familiares que forneciam a produção de alimentos básicos passaram a ser considerados como um grupo de pouca significação para o processo de desenvolvimento econômico capitalista, visto que organizavam suas atividades agrícolas com fins para subsistência, mas continuavam carentes de novas tecnologias, e vendendo o excedente da produção.

Esta imagem de suposto atraso da agricultura camponesa começou a ser mudada pela difusão do modelo tecnológico da Revolução Verde, que significou um intenso

processo de introdução de tecnologia voltada para modernizar as atividades agrícolas a partir da adoção de uma forma de produção semelhante aos processos industriais (BUAINAIN; GARCIA, 2013). Esta forma de modernização da agricultura se consolidou no Brasil a partir da década de 1960, com características conservadora, pois a estrutura da propriedade da terra continuou inalterada, mantendo-se assim a forte concentração existente. No Brasil, esta forma de modernização da agricultura favoreceu principalmente os grandes proprietários rurais. E o fato é que os grandes proprietários foram os principais beneficiários dos pacotes de incentivos tecnológicos associados à Revolução Verde, devido ao alto custo para empregar as novas tecnologias, bem como aos critérios de adesão que exigiam uma escala mínima de produção. Outro aspecto dos efeitos da modernização conservadora se referiu às características heterogêneas dos sistemas de produção, principalmente dos pequenos estabelecimentos agrícolas, o que tornou difícil realizar um único padrão tecnológico. Desta forma, a modernização conservadora contribuiu para criar uma diferenciação tecnológica entre os distintos segmentos de estabelecimentos agrícolas, o que fez com que pequenos agricultores fossem rotulados de atrasados e sem capacidade de inovar. (BUAINAIN; GARCIA, 2013).

De forma adicional, Leite e Ávila (2007) afirmam que a modernização conservadora da agricultura nos países da América Latina, em especial no Brasil, permitiu que o setor agrícola, principalmente o grande latifúndio, tivesse maior acesso aos créditos agrícolas e incorporasse novas técnicas de insumos modernos, resultando na tecnificação e mecanização do campo. A partir deste processo de integração vertical houve a submissão da agricultura desses países aos circuitos globais de comércio. Leite e Ávila afirmam ainda que essa transformação da base técnica da agricultura, em parceria com a indústria produtora de insumos de bens de capital, possibilitou o surgimento do Complexo agroindustrial ou *agrobusiness*, possibilitando a agricultura estar diretamente ligada aos interesses da indústria.

O mercado institucional de alimentos como instrumento de apoio à agricultura familiar

O acesso a mercados institucionais é ainda muito recente Brasil, e esteve ligado no passado a ações pontuais e descontínuas, executadas em sua maioria por governos locais e regionais, com objetivo de apoiar a agricultura familiar e a produção local de

alimentos (SCHIMITT; GUIMARÃES, 2006). Para Schmitt e Guimarães, a criação de programas como o PAA permitiu o acesso dos agricultores familiares aos mercados institucionais, promovendo através destes mercados o fortalecimento da agricultura familiar. O elemento inovador do PAA consistiu em operacionalizar a política agrícola através da sua integração com a política de segurança alimentar e nutricional (SCHIMITT E GUIMARÃES, 2006).

Vogt e Souza (2009) afirmam que as condições criadas pelo Estado para atuar na comercialização dos produtos da agricultura familiar permitem maior autonomia do produtor rural frente aos diferentes agentes de mercado. Um destes agentes de mercado que se vêem obrigados a modificar sua relação com o agricultor familiar são os atravessadores. No estudo de Rocha et. al. (2007) foi possível constatar que, na região de Irecê na Bahia, houve a eliminação da dependência em relação aos atravessadores a partir do momento em que os agricultores foram inseridos no PAA, pois a garantia de venda dos produtos funcionou como um estímulo à produção agrícola.

Grisa et. al. (2011) destacam ainda as experiências positivas trazidas pela implantação do PAA com base num estudo realizado na parte sul do estado do Rio Grande do Sul. Grisa e seus colaboradores destacam como pontos principais das inovações trazidas pelo PAA: a promoção do acesso dos produtores ao mercado próximo com estímulos a produção local; o estímulo aos arranjos institucionais com os acertos realizados entre organizações dos produtores e as instituições receptoras do produto agrícola, notadamente instituições filantrópicas; a promoção da diversificação agrícola, permitindo a produção de culturas agrícolas que eram abandonadas pelos produtores pela ausência de mercados, também permite a variedade agrícola ao conectar os produtores a uma demanda diversificada; a criação e fortalecimento da organização social e política dos agricultores como uma exigência do programa, captando recursos de capital social, que permite a interação dos agricultores como diferentes esferas (Estado, sociedade civil e mercado), e o estímulo à agricultura de base agroecológica ao oferecer um preço superior por estes produtos.

No âmbito dos assentamentos de reforma agrária, Herrero e Bellinger (2014) afirmam que ainda existem inúmeras dificuldades para o acesso aos mercados institucionais, vinculadas a falta de infraestrutura dos assentamentos para a comercialização da produção e os limites impostos à organização social dos agricultores

pela falta de assistência técnica para auxiliar na organização e mobilização das famílias. Neste sentido, Herrero e Bellinger citam dados levantados pelo MST sobre a inserção dos agricultores aos mercados institucionais por meio do PAA, os quais revelam que a maioria da produção agrícola dos assentamentos é destinada ao PAA por meio de cooperativas. Entretanto, é importante constatar que apenas 10% das famílias assentadas estão organizadas em cooperativas, demonstrando a importância da organização social e produtiva para o acesso aos mercados institucionais. Outro desafio a ser superado pelas cooperativas ligadas ao MST seria melhorar as etapas de processamento e empacotamento dos alimentos, o que exige o aumento da inserção de tecnologia nestas etapas do processo produtivo. Um complemento importante destacado por estes autores foi a realização de programas de crédito agrícola, para permitir aos agricultores organizar a produção agrícola que seria destinada aos mercados institucionais (HERRERO; BELLINGER, 2014).

A partir destas constatações é preciso ressaltar os limites e desafios existentes para construir mercados institucionais para a agricultura familiar. Um destes desafios é o fortalecimento da organização e cooperação entre os agricultores familiares, para auxiliar na manutenção dos programas institucionais nos assentamentos rurais. Além disso, é necessário ainda superar limites como: problemas operacionais, entre eles o atraso na liberação de recursos, o acesso dos agricultores à documentação exigida; a limitação de recursos aos programas quando comparados ao montante ainda investido no agronegócio; fragilidades organizativas e de gestão que dificultam o acesso do agricultor ao programa; o baixo limite de compra por agricultor e a demora no recebimento do produto vendido aos mercados institucionais. Assim, a importância dos mercados institucionais, principalmente nos assentamentos de reforma agrária vai desde a organização da produção e geração de renda para o produtor até a redução dos prejuízos na produção agrícola dos assentados que chega em torno de 70% (HERRERO E BELLINGER, 2014; SCHIMITT E GUIMARÃES, 2006; VOGT E SOUZA, 2009).

Políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar: a constituição do Programa de Aquisição de Alimentos

Segundo o MDA (2011), a agricultura familiar é responsável pela maioria da produção de gêneros alimentícios consumidos no Brasil, sendo que desse setor saem

87% da mandioca; cerca de 70% do feijão; 58% do leite, 59% dos suínos; 50% das aves, 46% do milho; 38% do café, e 34% do arroz (MDA, 2011). Em função desses níveis de produção, Schroder (2010) argumenta que a agricultura familiar desempenha um papel de destaque em relação à produção agrícola nacional, pois a mesma não apenas é responsável por abastecer o mercado interno, mas também contribui para o a exportação, com notáveis efeitos no desenvolvimento econômico e social. Schroder também ressalta que a agricultura familiar por apresentar aspectos diversificados possibilita a construção de uma série de políticas públicas direcionadas ao campo. Em função desse papel da agricultura familiar, as políticas públicas de caráter federal foram direcionadas para o desenvolvimento no campo, terminando por unir vários instrumentos cujo conteúdo manifesto seria apoiar agricultores familiares, de forma a oferecer programas baseados na garantia da segurança alimentar, mas que também que apoiassem a participação organizada no mercado. Uma das ações realizadas pelo governo com objetivo de criar melhores condições para a comercialização dos produtos da agricultura familiar foi a criação do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos).

Para Grisa et. al. (2011), o PAA foi criado em 2003 em função de discussões que ocorreram durante a década de 1990. Essas discussões estavam centradas na necessidade de erradicar a fome e assegurar a segurança alimentar e nutricional da população. Esse debate começou em 1980, e foi impulsionado na década de 1990, mas foi somente no primeiro mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva que o mesmo assumiu uma dimensão central, graças ao fato de que não só o governo era favorável à questão, mas também existia uma razoável organização dentro da sociedade civil nos esforços voltados para o combate à fome. Do ponto de vista aplicado, o PAA foi idealizado para promover a criação de estoques estratégicos e de reforçar o mercado institucional de alimentos representado pelas compras de alimentos pelo governo que destina esses gêneros alimentícios para diversos locais onde há pessoas que sofrem de insegurança alimentar (SILVA, 2011). Além disso, Valnier e Ricci (2013) enfatizam que o PAA foi criado para possibilitar a comercialização de produtos agrícolas de pequenos agricultores.

A partir da instituição da Lei N° 775/2012, o PAA passou a ser realizado sem a necessidade de que convênios fossem firmados. O objetivo desta nova forma de realização do PAA foi facilitar a sua ampliação, a partir da diminuição da burocracia, permitindo assim que a execução dos pagamentos seja feita por meio do MDS. Nessa

nova fase do PAA, o pagamento da produção passou a ser realizado diretamente ao agricultor familiar que pode então passar a regastar os valores que lhe era devido via um cartão bancário que identifica o recurso como sendo proveniente da participação no PAA (MDA, 2012). Deste modo, o PAA vem sendo realizado por meio de cinco modalidades que caracterizam as formas de operacionalização (MDS, 2010):

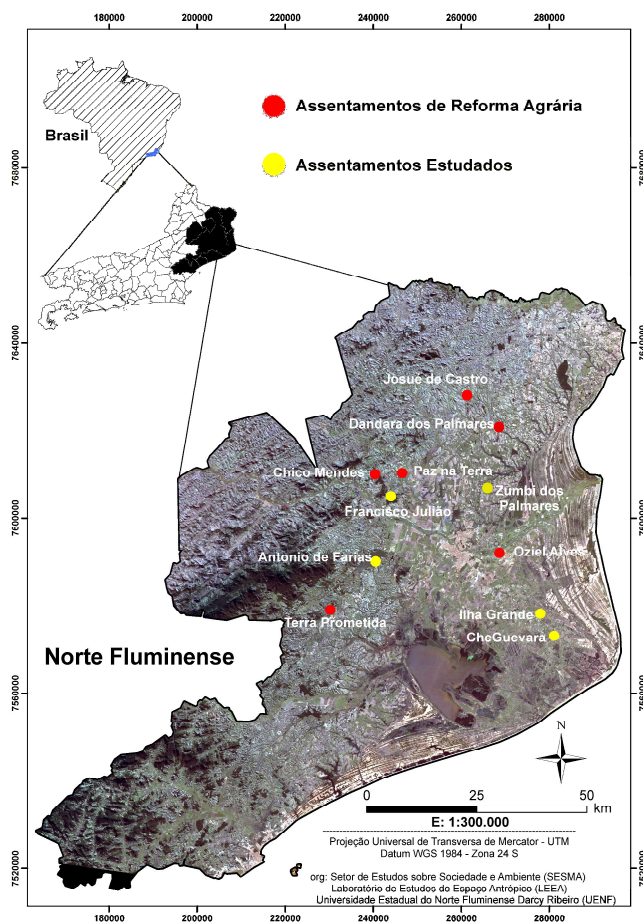
- **Compra direta da agricultura familiar-** Possibilitar a aquisição de determinados alimentos (e.g., trigo, castanhas, farinha) O limite do valor pago é de R\$ 8.000/ano por agricultor familiar de trigo). O objetivo é garantir a formação e distribuição de estoques públicos.
- **Apoio à formação de estoques pela agricultura familiar-** Procura oferecer formas de apoio à venda de produtos da agricultura familiar, garantindo preços mínimos. O limite do valor pago é de R\$ 8.000/ano.
- **Compra com doação simultânea-** Comprar alimentos com o objetivo de doá-los para entidades da rede socioassistencial. Sendo o limite por agricultor de R\$ 8.000/ano.
- **Incentivo a produção e ao consumo de leite-** Adquirir leite e beneficiá-lo para aumentar o consumo por famílias que sofrem de insegurança alimentar, e também apoiar a produção de leite por pequenos agricultores familiares. O valor limite para cada agricultor é de R\$ 9.000,00/ano.
- **Compra Institucional-** Assegurar que estados, municípios, e a órgãos federais possam comprar alimentos da agricultura familiar utilizando próprios recursos e sem licitação. Esta modalidade visa garantir o acesso a alimentos de forma regular a instituições educacionais. O valor pago para cada unidade familiar é de R\$ 8.000/ano.

Metodologia

A coleta de dados deste estudo se concentrou em três assentamentos de reforma agrária da Região Norte Fluminense: Francisco Julião, Che Guevara e Ilha Grande. O Assentamento Francisco Julião fica localizado no município de Cardoso Moreira, enquanto que os assentamentos Ilha Grande e o Che Guevara estão localizados no município de Campos dos Goytacazes. Nestes assentamentos foram assentadas 42, 73 e

58 famílias, respectivamente. A escolha destes assentamentos como lócus da pesquisa se deve aos esforços empreendidos para a participação destes assentamentos no PAA.

Mapa 1 - Localização dos Assentamentos Francisco Julião, Ilha Grande e Che Guevara em relação aos outros assentamentos criados pelo INCRA na Região Norte Fluminense.



Fonte: SESMA/LEEA/UENF, 2014.

A metodologia usada neste trabalho adotou um caráter quali-quantitativo, sendo que os procedimentos escolhidos para a coleta de dados foram a entrevista estruturada e o questionário. Assim, oito entrevistas foram realizadas com um roteiro pré-estabelecido para identificar as opiniões de lideranças assentadas ($n=5$) e de representantes públicos a cerca da problemática da implantação do PAA ($n=3$), buscando assim estabelecer os principais fatores que dificultam a efetivação do programa nos assentamentos rurais. Além disso, os questionários aplicados abarcaram uma amostra aleatória de 55 famílias nos três assentamentos estudados: Francisco Julião (23), Che Guevara (20) e Ilha Grande (12). Esta amostra representa 54,8%, 27,4%, e 20,7% do total das famílias

assentadas nestes três assentamentos, respectivamente. O uso de questionários teve como objetivo coletar informações em relação às variáveis que permitem identificar as relações sociais, produtivas e comerciais realizadas nos assentamentos rurais como o conhecimento sobre a participação dos assentados no PAA e as dificuldades enfrentadas para a efetivação do programa nos assentamentos rurais.

Análise e Interpretação dos Dados

Esforços dos assentados para viabilizar a comercialização da produção agrícola

Os resultados da pesquisa demonstram que os assentados buscam criar mecanismos de fortalecimento que estimule ações coletivas em prol da comercialização. Tais esforços para comercializar a produção agrícola vêm se concentrando na participação em programas do Governo federal como PAA e PNAE, como é demonstrado pela Tabela 1.

Tabela 1 - Esforços realizados pelos assentados para comercializarem a produção agrícola

Entrevistado (a)	Assentamento	Formas utilizadas para melhorar a comercialização	Participação nos esforços
A.M.	Zumbi dos Palmares- Núcleo IV	Participação na feira do IFF/ IFF Gurus	Grupo de mulheres do próprio assentamento
R.R.	Francisco Julião	Participam do PAA e PNAE	Membros da Associação
D.B.	Che Guevara	Preponente do Projeto PAA	Membros da Associação
A.S.	Francisco Julião	Participam dos projetos PNAE e PNAE	Membros da associação
H.C.	Antonio de Faria	Preponente do projeto PAA em organização formal/ venda da produção agrícola para o CEASA-RJ/COOPSCAMP	Colaboração dos técnicos da cooperar

Fonte: SANTANA, 2014.

Para acessar aos programas do governo federal, os assentados criaram uma comissão que envolve trabalhadores rurais de vários assentamentos. Esta comissão é formada atualmente por H.C. do Assentamento Antonio de Faria, F. do Núcleo IV do Assentamento Zumbi dos Palmares, E., do Assentamento Josué de Castro, e por D.B. do

Assentamento Che Guevara. A comissão executou a primeira tentativa de acessar o PAA via cooperativa, como é demonstrado pela fala do líder da Associação de produtores do Assentamento Che Guevara, D.B.:

(...) esse primeiro PAA foi construído junto com apoio da assistência técnica da COOPERAR, e a gente conseguiu furar essa barreira.(...)
(D.B., assentado do Assentamento Che Guevara).

A fala de D.B. foi esclarecedora no tocante as dificuldades enfrentadas pelos assentados para acessarem o programa, ligadas a falta de recursos técnicos para produção e a precariedade estrutural dos assentamentos para o escoamento da produção agrícola. Em função disso, o número de agricultores que acessa o PAA é ainda reduzido, e todos os que participam se concentram na modalidade “Doação Simultânea”. Outra tentativa realizada pelos agricultores para a participação nos programas federais foi a inserção no Programa Nacional Alimentação Escolar (PNAE), mas que segundo D.B. acabou não ocorrendo por que:

(...) como a gente não tem nenhum incentivo municipal para comercialização, a gente colocou um pouquinho a mais para pagar frete, pagar pessoal, para que isso chegue até nas escolas. Então isso são... nós tentamos fazer isso uma experiência com o município de São João da Barra, mas não conseguimos cumprir por conta dessa falta de apoio e da falta de logística para a entrega da produção, que é o pior gargalo que nós temos hoje. (D.B., Assentamento Che Guevara).

Vale ressaltar, com base na fala de D.B., que o poder público municipal tem um papel fundamental no fortalecimento da agricultura familiar. Entretanto, a ausência de apoio do poder público municipal se torna evidente, o que compromete a viabilização destes programas nos assentamentos rurais. Além disso, a participação nos programas federais requer que o agricultor tenha recursos para investir na produção e transporte adequado para realizar o escoamento. Assim, sem o incentivo do poder público municipal para liberar crédito, e sem recursos, o acesso aos programas como PNAE e PNAE ficam inviabilizados.

No depoimento do assentado H.C. também ficou evidente a percepção de que o poder público municipal dificulta as ações em prol da comercialização agrícola, quando o mesmo afirma que:

O poder público municipal pra nós é um problema porque ele só faz as coisas se tiver sobre a gestão dele, se ele vê a possibilidade, se aquilo ali tiver a possibilidade de significar mais voto (...) Toda perspectiva, toda iniciativa autônoma de trabalho, tem problema com a prefeitura aqui, toda, a exemplo disso é agora por exemplo à lei da merenda escolar dos 30% que a única vez que eles abriram a chamada pública aqui, a gente concorreu eles suspenderam a chamada pública E agora nós temos quase certeza que eles tão trabalhando uma perspectiva deles construir uma entidade pra acessar esses programas invés de repassar pra entidades que já existe (H.C., Assentamento Antonio de Faria).

Em tese, o PAA permitiria que diversos segmentos de agricultores dentre eles, agricultores assentados, pudessem vender a sua produção agrícola para diferentes níveis de governo, que destinariam então esses alimentos para pessoas em situação de insegurança alimentar. Deste modo, a efetiva implementação do PAA estimularia a comercialização da agricultura familiar e garantiria uma melhoria na renda do agricultor, assegurando assim sua reprodução social.

Dentre as atribuições do PAA estão os objetivos de estimular a prática do associativismo entre os agricultores e de incentivar a prática da produção orgânica e agroecológica, com o objetivo de garantir a produção de alimentos saudáveis para serem consumidos por pessoas que sofrem de insegurança alimentar e nutricional. No tocante a primeira atribuição, as modalidades do PAA possuem critérios para a participação societária dos agricultores, os quais implicam na exigência de que os agricultores estejam inseridos em organizações formais, tais como associações e cooperativas (DECRETO Nº 7.775, 2012). Entretanto existem inúmeras dificuldades para que os assentados internalizem este tipo de prática social. De acordo com os depoimentos colhidos de H.C. e de D.B., a principal barreira para o associativismo é a cultura local, isto é, a ausência de uma experiência de vida comunitária. Neste sentido H.C. enfatizou que:

É a questão cultural, pois não existe tradição nenhuma em cooperativismo e associativismo aqui, quando se tenta fazer isso aqui existe uma atuação violenta por parte do poder municipal em cooptar as entidades, em distorcer os seus propósitos (H.C., Assentamento Antonio de Faria).

Também ficou clara a percepção das lideranças assentadas de que o poder público, principalmente o municipal, dificulta as ações coletivas dos assentados, ao exercer uma influência desmobilizadora sobre os esforços de construção da organização coletiva, na

medida em que as promessas de entrega de recursos provocam a esperança de conquistar determinado benefício de forma individual, acabando assim por desestimular o envolvimento em ações coletivas. Essa percepção ficou clara nas falas de D.B. e R.R. (membro da direção regional do MST e integrante do Assentamento Francisco Julião) quando os mesmos afirmaram que:

(...) o Estado que tem o papel de prover, acaba não provendo. É através de um político que se cria a ilusão de que vai prover, o que acaba não acontecendo, pois fica só na promessa. Enquanto isso, perdemos oportunidade de dentro de nossa unidade construir coisas pequenas. (D.B., Assentamento Che Guevara).

(...) Se a Prefeitura recebeu de graça maquinário por que a gente tem que por o óleo. Agora tão assim tem que por o óleo, e aí tem gente que prefere ficar esperando, e quando vem já passou do período de plantio. Tem vez se tiver chovendo muitos não vêm porque o trator não aguenta a chuva. (R.R., Assentamento Francisco Julião).

Com respeito à segunda atribuição do PAA aqui mencionada (incentivo a agroecologia), o CONSEA (2004) aponta que a Política de Segurança Alimentar e Nutricional (PSAN), quando direcionada ao campo, articula elementos fundamentais, tais como: a terra; a mão de obra e, principalmente o atendimento da demanda por alimentos. Deste modo, a Segurança Alimentar e Nutricional contribui para produção de alimentos, mas não assegura que os alimentos sejam cultivados sem adição de insumos químicos (e.g., fertilizantes e agrotóxicos).

No caso dos assentamentos estudados, durante as visitas de campo foi verificado que as práticas agroecológicas são ainda minoritárias, prevalecendo ainda o uso freqüente de agrotóxicos. Por outro lado, D.B. esclareceu que há um esforço em curso para ampliar o número de agricultores envolvidos nas práticas agroecológicas:

O MST tem debatido muito isso nos seus processos de formação política (nos assentamentos), dando importância a uma produção sadia, sem agrotóxico, sem veneno. Isso é uma coisa assim que está dentro da nossa formação, vamos dizer assim (...) (D.B., Assentamento Che Guevara).

Outro fator que influencia o uso de agrotóxicos nos assentamentos é a dificuldade na comercialização de alimentos sem o seu uso, pois o preço dos produtos

orgânicos é maior, o que dificulta o escoamento da produção para locais em que inexistam consumidores dispostos a pagarem por eles. Deste modo, o acesso aos programas governamentais como o PAA pode ser um estímulo fundamental tanto para a comercialização agrícola, como para a diminuição do uso de agrotóxicos nas lavouras, pois um dos objetivos manifestos desse programa é justamente incentivar a produção de alimentos saudáveis.

Esforços dos governos municipais para melhorar a execução do PAA e do PNAE

Um primeiro aspecto que deve ser mencionado com relação aos esforços de coleta de dados nos dois municípios lócus da pesquisa foi a dificuldade de encontrar informações acerca das ações do poder público do município de Cardoso Moreira na execução do PAA e do PNAE. A entrevista com o secretário municipal de Agricultura, R.G., permitiu apenas revelar as intenções do poder público em aumentar o número de assentados vinculados ao PAA e PNAE, mas não produziu informações acerca dos esforços de implementação de um grupo gestor do PAA no município. Assim sendo, a pesquisa se concentrou na análise dos dados das entrevistas com os gestores municipais de Campos dos Goytacazes. Vale ainda mencionar que a pesquisa também não conseguiu a colaboração do secretário municipal de Agricultura de Campos dos Goytacazes, que não atendeu as solicitações para a entrevista. Assim, os dados relativos às ações de execução do PAA e do PNAE em Campos dos Goytacazes foram obtidos por meio das entrevistas realizados com o representante da EMATER/Campos, J., e de D.Q., chefe do Setor de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) da Secretaria Municipal de Família e Assistência Social .

Os resultados obtidos a partir das entrevistas revelaram a falta de iniciativa do poder público municipal no fortalecimento dos processos de comercialização da produção agrícola dos assentamentos rurais. Os gestores públicos entrevistados também revelaram a falta de ações de apoio à implantação de cooperativas de beneficiamento da produção agrícola dos assentamentos rurais. Em Cardoso Moreira foi possível identificar, com base na entrevista realizada com o secretário de agricultura R.G., que houve a realização de ações pontuais de apoio à agricultura familiar, principalmente por meio do fornecimento de maquinários, mudas e sementes.

No que diz respeito às ações do poder público municipal de Campos dos Goytacazes para melhoria da produção agrícola dos assentados, objetivo seria ampliar a participação no PAA. Este objetivo fica explícito na fala da Sra. D.Q. quando a mesma declarou que:

O trabalho que a gente vai ter com os assentados é para incentivar realmente que o PAA funcione, e que esses produtos consigam chegar para atender a Secretaria de Educação através do PNAE e do PAA, incentivando a produção. Mas tudo isso é feito através da Secretaria de Agricultura, pois nós não temos insumos e nem maquinários (D.Q., Chefe do SAN em Campos dos Goytacazes).

Porém a execução do PAA depende para o seu sucesso da implantação nos municípios de Conselhos Municipais, pois estes canais de participação efetiva visam garantir a segurança alimentar (VIEIRA, 2008). Neste sentido, a formação de um grupo gestor em âmbito municipal seria fundamental para que fossem criadas as condições favoráveis à execução do PAA. Com base no depoimento da Sra. D.Q., foi possível compreender que os gestores das secretarias de Educação e da Família e Assistência social possuem apenas um conhecimento mínimo sobre o funcionamento do PAA e do PNAE. Da mesma forma, o depoimento do secretário municipal de Agricultura de Cardoso Moreira, R.G., revelou que parte dos gestores públicos deste município possui um conhecimento apenas parcial do funcionamento destes programas.

Entretanto, ao longo deste estudo foi identificado que a formação do Grupo Gestor do PAA em Campos dos Goytacazes estava ainda em fase embrionária e que, do lado do governo municipal, haveria a participação de representantes das secretarias que possuíam algum nível de envolvimento com a área da alimentação, tais como: Agricultura, Educação e Meio Ambiente e Saúde. A formação do Grupo Gestor teria então o objetivo manifesto de articular ações para a realização do PAA, como ficou demonstrado no depoimento da Sra. D.Q. quando a mesma declarou que:

(...) esse grupo gestor precisa ser criado para que a gente possa trabalhar dentro dos critérios do PAA, pra que todo mundo articule porque na verdade quando você fala em poder público, cada um vai ter sua ação específica. (D.Q., chefe da SAN em Campos dos Goytacazes).

Deste modo, se realmente ocorrer a criação do Grupo Gestor, as ações das secretarias no município de Campos dos Goytacazes deverão deixar de ser isoladas, segundo o que afirmou Sra. D.Q.

(...) uma ação isolada aqui na Secretaria de Assistência não contempla nem o produtor, e nem propriamente a realidade que a agricultura pode estar dando para eles, porque se eles precisam de maquinário, se eles precisam de semente, a gente não pode fazer uma ação isolada sem saber o que a agricultura pode tá providenciando (.) (Danielli Quilici coordenadora da SAN em Campos dos Goytacazes).

Por outro lado, a Sra. D.Q. argumentou que por causa da falta de conhecimento por parte do agricultor em relação aos prazos de legalidade dos processos para aprovação de edital para projetos ligados ao PAA, o sistema funciona de forma lenta e o envio de proposta para projetos necessita aguardar longos períodos de tempo para que ocorra o retorno por parte dos órgãos responsáveis. Esta morosidade dificultaria a execução de projetos, enquanto que as ações realizadas pelo governo municipal exigem um tempo mais curto para serem realizadas.

Já o Sr. J. ressaltou que as ações executadas pela Secretaria de Agricultura e Pesca para executar o PAA em Campos dos Goytacazes deverão ocorrer a partir do “Projeto Campos Produz Mais”, o qual propõe uma parceria com órgãos como a EMATER para viabilizar a execução do PAA e do PNAE. Nessa via, no dia 29 de Outubro de 2013 ocorreu um encontro na sede do SEBRAE em Campos dos Goytacazes, que foi organizado pela Secretaria de Agricultura e Pesca, e que contou com a presença de representantes de órgãos públicos, tais como: EMATER/RJ, SEBRAE, das secretarias da Família e Assistência Social e de Educação, da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP). Naquele evento foi discutida a situação da agricultura no município através de um diagnóstico realizado pela secretaria de agricultura e pesca que apontou as oportunidades e barreiras para o produtor na execução do PNAE e PAA no município.

Os depoimentos colhidos dos representantes governamentais revelam que a execução do PNAE em Campos dos Goytacazes e Cardoso Moreira é feita de forma diferenciada em relação ao acesso de agricultores assentados ao programa. O secretário municipal de Agricultura de Cardoso Moreira indicou que a dificuldade na aquisição

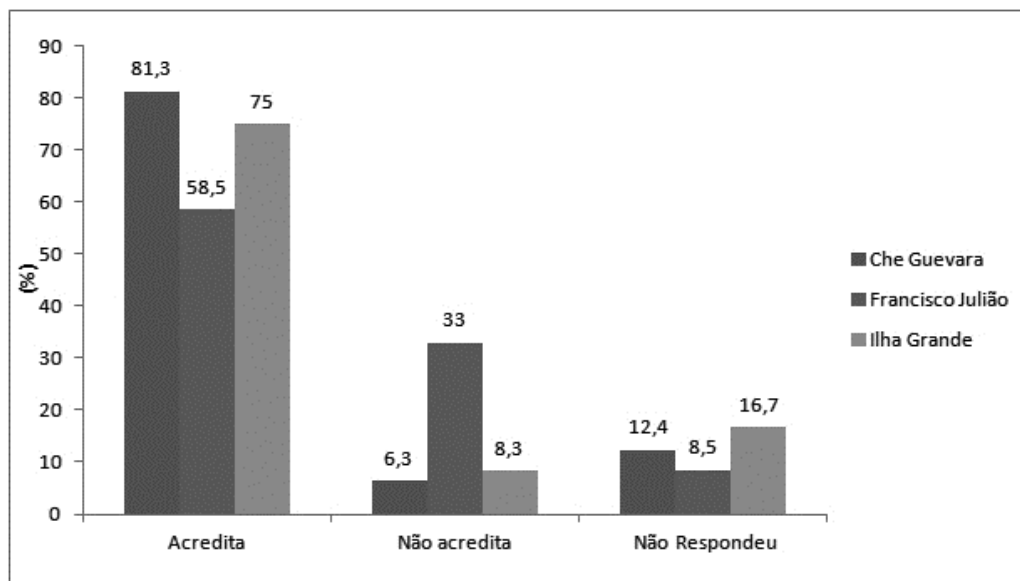
das Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAPs) é uma barreira à inclusão dos assentados ao PNAE. Por outro lado, em Campos dos Goytacazes os agricultores assentados não estão incluídos no PNAE, em função da alegação dos representantes do governo municipal de que a produção agrícola dos assentamentos rurais não possui a qualidade exigida pelo programa. Em um contraponto a essa noção de que os assentados é quem deveriam cuidar do aspecto da qualidade, o Sr. R.G. afirmou que os alimentos fornecidos ao PAA pelos assentados não são beneficiados por falta de recursos financeiros da Prefeitura Municipal de Cardoso Moreira.

Em um aparente esforço para responder às dificuldades enfrentadas pelos assentados para acessar o PAA e o PNAE a Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes anunciou a criação da Unidade de Apoio a Agricultura Familiar (UADAF), que é uma iniciativa do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e que possuía uma dotação orçamentária declarada de R\$ 450.000,00 com data limite de execução para agosto de 2014. A criação do UADAF teve como objetivo declarado apoiar a criação de cooperativas e associações que possam vender a produção agrícola dos agricultores familiares para o PAA e o PNAE.

Conhecimento acerca do PAA e as principais barreiras e oportunidades para o engajamento dos assentados na sua execução

A pesquisa também procurou verificar o grau de expectativa existente entre os assentados acerca da capacidade de o PAA trazer melhorias para a geração de renda. A análise dos resultados obtidos aponta que a expectativa é majoritariamente positiva (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Possibilidade de o PAA melhorar a renda mensal dos assentados (%)



Fonte: SANTANA, 2014.

No caso do Assentamento Francisco Julião, a expectativa positiva menor em torno do PAA se deveu muito provavelmente aos problemas enfrentados pelos assentados em receber os recursos provenientes da sua participação no programa. Apesar disso, a expectativa ainda era alta, o que demonstra que o potencial para a inserção dos agricultores assentados no PAA ainda persiste, apesar dos problemas existentes na sua execução em Cardoso Moreira.

O nível de interesse em aderir ao PAA pode ser explicado por duas questões ligadas a acesso a novos mercados, a garantia de renda, e a independência em relação aos atravessadores (Tabela 2).

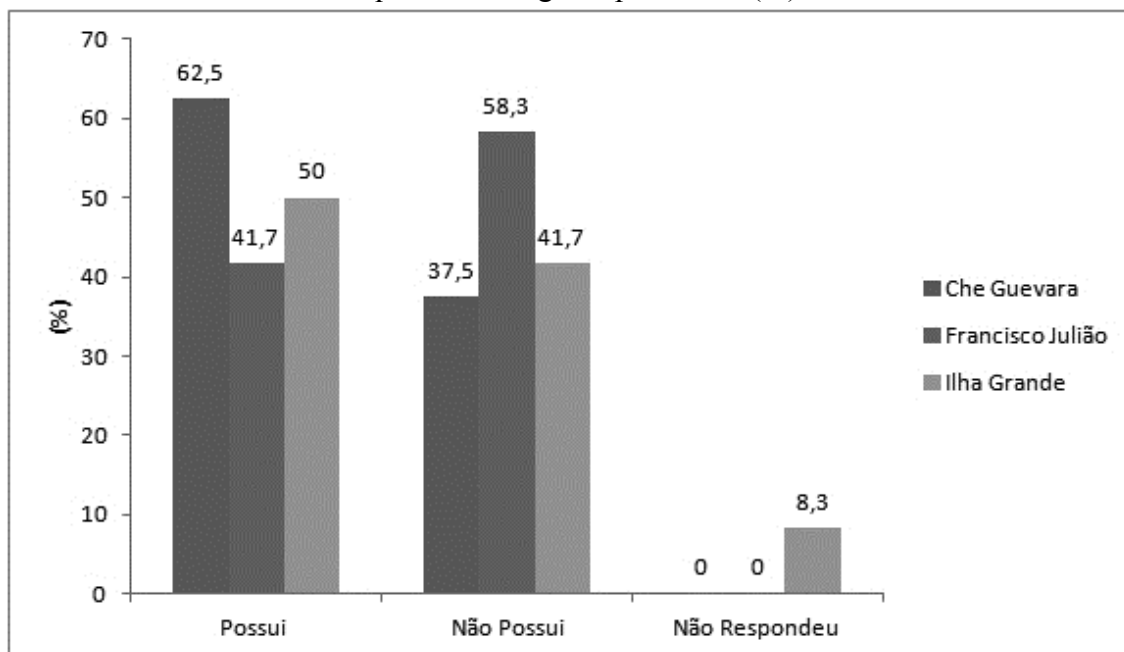
Tabela 2 - Razões apontadas pelos assentados para participar do PAA

Razão para participar	Francisco Julião (%)	Che Guevara (%)	Ilha Grande (%)
Melhores preços	24,9	25,2	24,9
Renda segura	16,6	6,3	
Independência do atravessador	0,0	18,9	24,9
Garantia de mercado	8,3	18,9	24,9
Mais oportunidades de mercado	8,3	0,0	0,0

Fonte: SANTANA, 2014.

Outro aspecto investigado no tocante ao ingresso dos assentados da Região Norte Fluminense ao PAA se referiu às condições existentes para fornecer alimentos nas quantidades e qualidade estabelecidas, e dentro do prazo estabelecidos pelo programa (Gráfico 2).

Gráfico 2 - Capacidade dos assentados para oferecer alimentos em quantidade e qualidade exigidos pelo PAA (%)



Fonte: SANTANA, 2014.

Os resultados indicam que nos assentamentos mais antigos (i.e., Che Guevara e Ilha Grande) há uma percepção mais forte de que os assentados seriam capazes de atender as regras para participação no PAA. No entanto, mesmo se considerando o que

foi declarado no Assentamento Francisco Julião, fica evidente a disposição de se engajar no PAA.

Finalmente, quando se verificou as causas de indisposição para se engajar no PAA, fatores como a da continuidade e do cumprimento de prazos apareceram como os principais empecilhos para um número maior de assentados aderirem. Além disso, os assentados também declararam que a incompatibilidade entre o que produzem e aquilo que é demandado pelos órgãos participantes do PAA é outra barreira importante.

Considerações finais

Os resultados do presente estudo indicam que a baixa institucionalização do PAA representa um importante desafio à sua execução no interior dos assentamentos de reforma agrária. As evidências obtidas por este estudo demonstram que os órgãos responsáveis pela execução do PAA no plano municipal mantêm uma posição de passividade frente aos inúmeros problemas existentes para sua efetiva execução nos assentamentos existentes no Norte Fluminense. Além disso, foi verificado que no âmbito dos governos municipais, a opção majoritária é pela execução de atividades pontuais e que não necessariamente estão ligadas ao fortalecimento do PAA.

O fato é que nessa pesquisa não foram encontradas evidências de esforços para a realização de um planejamento estratégico que contemple o acesso de um maior número de assentados ao PAA. Soma-se a essa baixa institucionalização dos programas, a falta de articulação entre diferentes órgãos governamentais pertencentes a diferentes níveis de governo, o que, por sua vez, reforça as características paroquiais das ações realizadas no plano municipal. Além disso, as ações executadas pelo poder público municipal para os assentamentos de reforma agrária se apresentaram como sendo insuficientes e desarticuladoras da organização comunitária. Tal fato contribuiu para a criação de um círculo vicioso de dificuldades para a viabilização da produção e comercialização dentro dos assentamentos de reforma agrária. Além disso, a insuficiência das ações executadas pelos governos municipais para atender as demandas dos assentados acabou gerando insatisfação por parte dos assentados em relação ao papel do poder público, e principalmente em relação ao papel do Estado como garantidor das condições mínimas para sua produção agrícola e reprodução social.

Já no tocante às perspectivas apresentadas pelos assentados quanto à melhoria das condições de produção e comercialização, o PAA foi apontado como uma ferramenta alternativa potencialmente importante, mas para que este programa possa efetivamente contribuir para o desenvolvimento dos assentamentos, o mesmo deverá superar as barreiras atualmente existentes na sua execução. Finalmente, um aspecto fundamental que foi elucidado por estudo é de que a execução do PAA nos assentamentos de reforma agrária depende de uma articulação entre os órgãos responsáveis pela implantação dos assentamentos, o poder público municipal e as organizações comunitárias criadas pelos assentados. O fato é que sem esta articulação dificilmente o PAA e o PNAE se tornarão ferramentas efetivas de consolidação dos assentamentos de reforma agrária.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo em questão**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2007.

BUAINAIN, Antonio Marcio; GARCIA, Junior Ruiz; Os pequenos produtores rurais mais pobres ainda tem alguma chance como agricultores?. In.: A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro: ganhar tempo é possível?, 1. ed., Brasília: **CGEE - Centro de Gestão e Estudos Estratégicos**, Brasília, 2013. 42 p. p.29-70.

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidade económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1983.

CONSEA- Conselho Nacional de Segurança Alimentar. **Componentes de Segurança Alimentar e Nutricional em um plano Nacional de Reforma Agrária**. Brasília, 2004. Disponível em http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Seguranca_Alimentar_II/textos_referencia_2_conferencia_seguranca_alimentar.pdf

FELICIO, Munir J. A conflitualidade dos paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário a partir dos conceitos de agricultor familiar e camponês. **campo-território** revista de geografia agrária, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 14-30, ago. 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Ed. Cortez, Coleção Questões da nossa época, 2001.

GRISA, Cátia, CONTERRATO, Marcello Antonio. A produção para o autoconsumo no Brasil: entre a importância econômica e o reconhecimento social. In.: CONGRESSO

DA SOBER (SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL), XXXIV., 2011, Belo Horizonte. **Anais...Belo Horizonte: UFRGS/PGDR**, 2011.

GRISA, Catia; SCHIMITT, Claudia Job; MATTEI, Lauro Francisco; MALUF, Renato Sergio; LEITE, Sergio Pereira. Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos à segurança alimentar e nutricional e à criação de mercados para a agricultura familiar. **Revista Agriculturas**, Rio de Janeiro, n.03, p. 34-41, setembro/2011.

HERREO, Railda; BELLINGER, Carolina. Mercado Institucional Avaliação dos programas no Brasil. **Relatório Comissão Pró-índio de São Paulo.**, Março/2014. Disponível em: <http://www.cpisp.org.br/pdf/MercadosInstitucional.pdf> > Acesso em 05 de julho de 2014.

LEITE, Sérgio Pereira; ÁVILA, Rodrigo Vieira de. Reforma agrária e desenvolvimento na América Latina: rompendo com o reducionismo das abordagens economicistas. Brasília: **Rev. Econ. Sociol. Rural**, v.45, n.3, 2007.

MDA- Ministério do desenvolvimento Agrário. **O encontro da agricultura familiar com a alimentação escolar (cartilha)**, 2011. Disponível em: <http://portal.mda.gov.br/portal/saf/publicacoes/>. Acesso em 20 de mar.2013.

MDS- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a fome. **Balço de Avaliação da execução do Programa de Aquisição de alimentos- PAA-2003 a 2010.** GRUPO GESTOR, 2010. Disponível em <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/aquisicao-e-comercializacao-da-agricultura-familiar/saiba-mais/publicacoes/caderno-balanco-paa-2003-2010.pdf/view?searchterm=n%C2%BA>.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de produção capitalista, Agricultura e Reforma Agrária.** São Paulo: Labur, edições, 2007. 184p.

PLEIN, Clério; FILIPPI, Eduardo Ernesto. Capitalismo, agricultura familiar e mercados redes. **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 16, n.3, p. 98 – 121, set/dez 2011.

PLOEG, Jan. Douwe Van de. **O modo de produção camponês revisitado.** In: SCHNEIDER, Sergio (Org). A diversidade da agricultura familiar. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2006. 295p. p. 13-54.

ROCHA, Ana Georgina P.; CERQUEIRA, Patrícia da Silva.; COELHO, Vanessa Pfeifer. Um panorama do Programa de Aquisição de Alimentos no Estado da Bahia: estudos de caso em Boa Vista do Tupim, Tapiramutá e Vitória da Conquista. **Sociedade e desenvolvimento rural**, v. 1, n. 1, p. 1-22, 2007.

SANTANA, Cynara Martins. **Potencialidades e barreira para a adoção do Programa de Aquisição de Alimentos por assentados de Reforma Agrária no Norte**

Fluminense. 96 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais), UENF/Campos dos Goytacazes, 2014.

SCHIMITT, Cláudia Job; GUIMARÃES, Leonardo Alonso. O mercado institucional como instrumento para o fortalecimento da agricultura de base ecológica. **Agriculturas** v.5 n. 02, p. 7-13, junho/2008.

SCHNEIDER, Sergio. **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2006. 295 p.

SCHRODER, Monica. Políticas públicas e agricultura familiar no Brasil: inovações institucionais a partir do Pronaf. In.: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, XXXI., 2010, Caxambu. **Anais do Seminário Temático da ANPOCS**, p. 1-29.

VALNIER, Adilson, RICCI, Fabio. Programa de aquisição de alimentos (PAA): Uma Análise Comparativa nos Estados de Rondônia e Acre. **Campo e Território**, revista de geografia agrária, v.8, n.16, p. 198-228, ago.2013.

VIEIRA, Debora de F. Albernaz. **Influência do programa de aquisição de alimentos na comercialização dos produtos da agricultura familiar: o caso do Município de Paracatu em Minas Gerais**. 149 f. Dissertação (Mestrado em Agronegócio)-Universidade de Brasília/Brasília, 2008.

SILVA, Vilmar da. **O papel do Programa de Aquisição de Alimentos- PAA- Para o fortalecimento da Agricultura familiar: o caso da Cooperativa da agricultura familiar integrada-COOPAFI - de Capanema, PR**. 206 f. Dissertação (mestrado em Desenvolvimento Regional), Universidade Tecnológica do Paraná./Pato Branco, 2013.

TESCHE, Rubens W., MACHADO, João, A. D. A importância da reciprocidade no desempenho socioeconômico da agricultura familiar. **Revista Estudos do CEPE**, Santa Cruz do Sul, n.36, p. 7-37, jul/dez, 2012.

VOGT, Silmara Patricia C.; SOUZA, Renato Santos. Mercados institucionais locais como instrumento de fortalecimento da agricultura familiar: uma análise do programa de aquisição de alimentos na região ceieiro – rs. In.: SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, XXXVII, 2009, Porto Alegre. **Anais...**

WANDERLEY, Maria, N. Baudel. Raízes históricas do Campesinato Brasileiro. In.: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, XX, Caxambu, out.1996. **Anais...**

Recebido em 16/07/2014.

Aceito para publicação em 16/01/2015.